



Anais da Assembléia

Nº 87

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 07 DE AGOSTO DE 1990

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 60.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 1990
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados José Rogério Carvalho e Algaci Túlio.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, David Cheriegate, Eduardo Baggio, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Rubens Bueno e Valderi Mendes Vilela (35). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Erondy Silvério, Gernote Kirinus, Homero Oguido, João Arruda, Lauro Lobo Alcantara, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Renato Adur, Sabino Campo e Vera Agibert (19).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1898

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, preferência de discussão e votação ao Projeto de Resolução n. 81/90.

Sala das Sessões, em 07.08.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO Nº 1901

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na Ordem do Dia da próxima sessão, o Projeto de Lei n. 397/90, que dá nova redação ao art. 1º, da Lei n. 8808, de 30 de junho de 1988, solicitando para o mesmo Parecer da Comissão Geral da Assembléia, em Regime de Urgência.

Sala das Sessões, em 07.08.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1892

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja reativada CPI que trata da atividade contravencional dos Bingões, a fim de se apurar os responsáveis e as possíveis consequências.

Sala das Sessões, em 07.08.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Já se passam mais de um ano que foi aberto a CPI, que trata da contravenção dos bingões, cujos inquéritos policiais foram interrompidos por determinação judiciária. Entretanto, este Parlamento, poder representativo do povo do Paraná, necessita dar uma resposta, já que não pode solucionar pela sua impotência de poder, aqueles que foram ludibriados, inclusive com propaganda maciça na TV, envolvendo até "ASTROS" de novela e do futebol.

REQUERIMENTO Nº 1899

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas constitucionais e legais, solicitam de Vossa Excelência, a contagem para efeitos de cálculos da composição das Comissões desta Casa, dos Deputados que formam o Bloco Democrático Trabalhista Cristão, que incluem o PTB, PDS e PDC.

Sala das Sessões, em 07.08.90.

(aa) LUIZ ANTONIO SETTI

Líder do PTB

LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

Líder do PDS

EDUARDO BAGGIO

Líder do PDC

REQUERIMENTO Nº 1890

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos em ata votos de congratulações à Associação dos detetives particulares do Estado do Paraná - ADPAR.

Sala das Sessões, em 07.08.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Detetives Particulares do Estado do Paraná - ADPAR, foi fundada no dia 23 de julho próximo passado, nesta Capital, abrangendo todas as funções correlatas, tais como detetives particulares, profissionais ou criminais, investigadores criminais, agentes, inspetores e supervisores de segurança e ou patrimonial, com a finalidade de representar e defender os profissionais autônomos ou não em suas atividades, assim como promover aperfeiçoamento técnico-profissional para melhor desempenho de suas funções.

Fundada a entidade, foi eleita sua primeira diretoria, que terá como principal tarefa a elaboração definitiva do estatuto da ADPAR. A Diretoria está assim constituída:

Pres.: Darci Pereira Magalhães.

Vice.: Deodide B. da Silva

1º Sec.: David I. S. da Silveira

2º Sec.: Edgar B. Stelmachuk

1º Tes.: Antônio S. de Oliveira

2º Tes.: Antônio S. da Silva

Rel. Públicas.: Francisco A. da S. Filho.

Conselho Fiscal

Efetivos:

Antônio B. da Costa

Paulo Roberto Soares

Célio dos Santos Ferreira

Suplentes:

Aguinaldo J. Ferreira

José L. Santos

Amilton Carlos Rodrigues

Colaboradores:

Antônio Simião, Marcos Antônio Moraes e Cícero Benedito da Silva.

Que o presente requerimento represente o voto de apoio deste Poder Legislativo à referida entidade, augurando uma gestão profícua e empreendedora à atual Diretoria.

Que do teor do presente dê-se ciência aos Diretores da ADPAR.

REQUERIMENTO N° 1894

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança, informação sobre o atual efetivo do Quadro da Polícia Civil, destacando o número de Motoristas, Agentes de Segurança, Agente de Polícia, Detetives e Delegados.

Sala das Sessões, em 07.08.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Sendo o Estado responsável pela segurança de seus cidadãos, a Polícia Civil necessita estar aparelhada e compor seus Quadros de Pessoal devidamente preparada, treinada e principalmente contingente compatível com a população de cada comunidade.

REQUERIMENTO N° 1893

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Secretário da Justiça solicitando informações do valor da diária pré de preso, paga ao regime carcerário.

Sala das Sessões, em 07.08.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 1889

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado à Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR, gerenciando pela agilização do atendimento da solicitação encaminhada pela Associação dos colaboradores da Escola de Deficientes Auditivos de paranaguá - ACEDA.

Sala das Sessões, em 07.08.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

No dia 22 de maio próximo passado a ACEDA encaminhou ao Senhor Superintendente da FUNDEPAR solicitação de material necessário para o desenvolvimento das atividades daquela entidade.

Vale ressaltar que o referido estabelecimento está devidamente autorizado a funcionar, conforme a Resolução n. 377/90, da Secretaria de Estado da Educação, razão pela qual a solicitação foi encaminhada à FUNDEPAR.

Ocorre que, lamentavelmente, até o presente momento, não foi atendida e os responsáveis pelo estabelecimento encontram-se apreensivos diante da hipótese de serem obrigados a reiniciar as atividades letivas sem o material necessário,

constante do anexo.

Diante disto e confiando nas providências que o referido órgão adotará, para suprimento das necessidades da ACEDA, reafirmamos a importância do trabalho por ela desenvolvido, de apoio e educação ao deficiente auditivo em Paranaguá, razão pela qual é amplamente merecedora da atenção dos órgãos públicos.

Que do teor do presente dê-se ciência a ACEDA, em Paranaguá.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado à Secretaria de Estado da Educação solicitando recursos para a construção de uma cancha polivalente na escola estadual João Mazzarotto, ensino de 1º grau, nesta capital.

Sala das Sessões, em 08.08.90

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação atende a uma antiga aspiração da comunidade usuária daquele estabelecimento de ensino, formada predominantemente por pessoas carentes que não possuem, nas redondezas, local apropriado para a prática de esportes. A construção da quadra polivalente viria não apenas fomentar essa atividade física e de recreação para a comunidade, como propiciar lugar adequado para a prática do ensino de educação física para os estudantes daquele estabelecimento público de ensino.

Temos certeza de que a Secretaria realizará os estudos necessários para a execução da obra e eles apontarão para a insignificância dos recursos a serem empregados, diante do grande benefício em que se constitui para a população.

Que do teor do presente dê-se ciência à direção da escola estadual em questão e à sua associação de pais e mestres.

REQUERIMENTO N° 1900

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado à companhia de habitação do Paraná, COHAPAR, o seguinte,

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

01. Qual a situação do financiamento das unidades habitacionais da vila COHAPAR, na municipalidade de Sengés, neste Estado?

02. Quais os critérios que têm sido utilizados para cálculo dos reajustes nas prestações dos referidos financiamentos?

03. Tais unidades foram construídas para atender famílias com qual poder aqui-

sitivo (renda familiar exigida)?

Sala das Sessões, em 07.08.90

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

Denúncias nos chegam dando conta de que reajustes abusivos têm sido praticados nos financiamentos assumidos pelos mutuários da vila COHAPAR, no município de Sengés.

Uma determinada moradora pagou os seguintes valores, pelo seu financiamento: (março) - Cr\$ 700,00; (abril) - Cr\$ 2.120,00 e (maio) Cr\$ 3.400,00 quando bem sabemos que nestes meses não houve reajustes salariais a que, nos parece, estariam vinculadas os reajustes da casa própria.

Há informação, ainda, de diferença nos reajustes para financiamento idênticos, o que nos leva a acreditar num possível lapso nos cálculos dos reajustes.

Assim, aguardamos a devida verificação por parte da COHAPAR e a prestação das informações para esclarecimento da população interessada.

Que do teor do presente dê-se ciência, à senhora Maria José Nunes, na rua Domingos Cunha, n° 458, no Município de Sengés, neste Estado, ao senhor Prefeito e aos Vereadores daquele município.

REQUERIMENTO N° 1897

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REQUER da Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica as seguintes informações sobre a usina que pretende construir no Rio Tibagi em participação com a Indústria Klabin Papel e Celulose S/A.

I - Qual a participação percentual da Copel no empreendimento e qual a figura jurídico institucional com que se efetivará esta participação?

II - Qual a origem dos recursos financeiros que a Copel disporá para esta obra, o volume dos mesmos e o cronograma financeiro de sua aplicação?

III - Quais os critérios legais de contratação dos estudos técnicos-econômicos, bem como do projeto básico que demonstrarão a viabilidade e custo da usina, bem como qual a relação custo-benefício e qual a potência a ser gerada?

IV - Quais os critérios e tratamento legal que serão adotados quer para a elaboração do projeto executivo e da construção propriamente dita?

V - Qual a área a ser inundada pela bacia de acumulação? O número de propriedades rurais a serem atingidas? O número de famílias a serem removidas pelo alagamento e quais as medidas a serem adotadas com este impacto ambiental?

VI - Da energia gerada, como se dará a

distribuição da mesma? A Klabin terá um percentual próprio ou toda a geração será incorporada no sistema? Terá a Klabin tarifa diferenciada bem como prioridade ao atendimento de seu consumo? Em caso positivo qual a cota de reserva que a mesma terá?

Sala das Sessões, em 07.08.90

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

Na história da Copel esta será a primeira Usina a ser construída em parceria com a iniciativa privada. Os novos tempos reclamam esta participação, todavia é fundamental que este processo seja efetivado em consonância com a total transparência e igualdade de oportunidades a todos os grupos privados que se dispõem a investir no setor, daí porque ao Poder Legislativo interessa saber, todas as questões desta transparência. Vale lembrar que uma discussão democrática em, obras desta natureza, interessam aos setores mais diversos da sociedade desde o ecológico ao sócio-econômico, bem como as questões técnicas e legais que uma obra destas acaba por suscitar.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 89/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Campina Grande do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de CAPIVARI CACHOEIRA.

"Começa no rio Capivari onde recebe o afluente Rio Mirim; seguindo pelo Rio Capivari até a divisa com o Estado de São Paulo, no Rio Pardinho, seguindo pela Divisa Intermunicipal entre Campina Grande do Sul e Guaraqueçaba, continuando pela Divisa Intermunicipal entre Campina Grande do Sul, Antonina, Morretes e Quatro Barras até encontrar o Rio Mirim seguindo por este até encontrar o ponto de partida, Rio Capivari".

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.08.90

(a) ANIBAL KHURY.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 407/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito o município de CAPIVARI CACHOEIRA, com território desmembrado do município de Campina Grande do

Sul, com sede na localidade de Terra Boa e com as seguintes divisas:

"Começa no Rio Capivari onde recebe o afluente Rio Mirim; seguindo pelo Rio Capivari até a Divisa com o Estado de São Paulo, no Rio Pardinho, seguindo pela Divisa Intermunicipal entre Campina Grande do Sul e Guaraqueçaba, continuando pela Divisa Intermunicipal entre Campina Grande do Sul, Antonina, Morretes e Quatro Barras até encontrar o Rio Mirim, seguindo por este até encontrar o ponto de partida, Rio Capivari".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.08.90

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

A proposta da criação do novo município de Capivari Cachoeira tem o sentido de conceder autonomia a uma região que hoje se acha inteiramente desassistida, por situar-se à longa distância da sede municipal de Campina Grande do Sul.

A região desmembrada situa-se junto à represa Capivari-Cachoeira, na chamada "extrema" do Paraná com o Estado de São Paulo e não guarda proximidade física ou de relacionamento com o município-sede, o que representa sensível ônus para seus moradores.

Doutro lado, segundo projeto de lei já em tramitação nesta Casa, com a criação do município de Tunas, desmembrado de Bocaiúva do Sul, pretendemos propor, em futuro a anexação da região das encostas da Serra do Mar, entre Bocaiúva e Campina Grande do Sul ao território da nova comunidade, com quem guarda extraordinárias relações de continuidade geográfica.

A comunidade resultante será um pólo decisivo para o desenvolvimento da região de Capivari-Cachoeira justificando-se sua emancipação em termos de auto-suficiência econômica, população e identidade local.

Atendendo o apelo dos Senhores Geraldo Assis Cordeiro, Jorge Chaves, Amâncio Alegro Bandeira, José Valdir Assunção, Luiz Carlos Silveira, Levi Camargo, o autor deste recebeu a Comissão e considerou justa a reivindicação da criação do município de CAPIVARI CACHOEIRA.

A região desmembrada situa-se junto à represa Capivari-Cachoeira, na chamada "extrema" do Paraná com o Estado de São Paulo e não guarda proximidade física ou de relacionamento com o município-sede, o que representa sensíveis ônus para seus moradores.

Doutro lado, segundo projeto de lei já em tramitação nesta Casa, com a criação do município de Tunas, desmembrado de Bocaiúva do Sul, pretendemos propor, em futuro a anexação da região das encostas da Serra do Mar, entre Bocaiúva e Campina Grande do

Sul ao território de nova comunidade, com quem guarda extraordinárias relações de continuidade geográfica.

A comunidade resultante será um pólo decisivo para o desenvolvimento da região de Capivari-Cachoeira, justificando-se sua emancipação em termos de auto-suficiência econômica, populacional e identidade local.

PROJETO DE LEI N° 408/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública estadual o "LAR ESCOLA BOM SAMARITANO" com sede e foro no município de Maringá, Estado do Paraná.

Art. 2° - A presente entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.08.90.

(a) FERRARI JÚNIOR

Gabinete do Prefeito.

ATESTADO

Atesto, por ser do meu conhecimento e para os devidos fins, que o LAR ESCOLA BOM SAMARITANO, localizado à Rua dos Cocais, n° 426, Jardim Tropical, é a única entidade, nesta cidade de Maringá, Estado do Paraná, com esta denominação. Atesto, ainda, que referida entidade está em pleno e regular funcionamento. Atende às finalidades para que foi criada, prestando assistência aos que dela necessitam. Não distribui lucros ou dividendos. Não possui renda própria e recursos suficientes à sua manutenção. Presta serviços gratuitos à comunidade e não remunera a sua Diretoria que está assim constituída:

PRESIDENTE: Izaura Herpich

SECRETÁRIA: Ivone Willrich

TESOUREIRO: Arno Graebin

Maringá, 08 de fevereiro de 1990.

RICARDO JOSÉ MAGALHÃES BARROS

Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI N° 409/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica alterado o art. 1° da Lei n° 9.299 de 18.06.90, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica criado "Ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de Pato Bragado, desmembrado do município de Marechal Cândido Rondon, conforme especifica:

"Tem como ponto inicial, a foz do Rio Branco no Lago de Itaipu, antigo leito do Rio Paraná. Do ponto inicial, sobe pelo

Rio Branco até encontrar a desembocadura da Sanga Caranchan, sobe por esta até a sua nascente, deste ponto, segue pela linha divisória dos lotes rurais 50, 47, 46, (inclusive) e 51 e 54 (exclusive) do 22° perímetro até alcançar a cabeceira da Sanga Biriva, segue pela Sanga Biriva até a sua foz no Arroio Fundo, desce pelo Arroio Fundo até a ponte na Estrada Porto Britânia Margarida, segue por esta até a divisa dos lotes 20 (inclusive) e 19 (exclusive), segue por esta divisa até o Arroio Marreco, desce pelo Arroio Marreco até a sua foz no Rio São Francisco, desce pelo Rio São Francisco até a sua foz no Lago Itaipu no Rio Paraná, pelo talvez do Rio Paraná até a foz do Rio Branco, ponto inicial e final".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.08.90.

(a) WERNER WANDERER

PROJETO DE LEI N° 410/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a doar ao Senhor Manoel Alves, residente no município de Formosa do Oeste, Estado do Paraná, a Chácara n° 16, do Bairro de Chácaras, Gleba Rio Verde-2, localizado no município e Comarca de Formosa do Oeste, com 7,80 hectares de área, de propriedade do Estado do Paraná, conforme Registro n° 4.108, do Livro 3-II, do CRI de Cascavel e averbações n°s 3.752 e 3.755, ambas inscritas sob o n° 8, do Livro 8, do Registro de Loteamento de Cascavel.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.08.90.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

O referido imóvel foi havido pelo Estado do Paraná, através da Carta de Adjucação extraída dos Autos de Arrolamento de Bens, n° 228/71, no qual constou como adjudicado do Espólio de JOÃO TEODORO BATISTA.

Não obstante, todavia e considerável lapso de tempo decorrido desde então, o Estado não interferiu em momento algum com a posse mansa e tranqüila do Senhor MANOEL ALVES, o qual diga-se, muito antes do processo adjudicatório do Estado já exercia.

Cumprе ressaltar, ademais, que no exercício de sua posse o Sr. MANOEL ALVES, introduziu no imóvel inúmeras benfeitorias, tais como, casa, microbacia, iluminação elétrica, pocilgas, currais, pomares, etc., que corresponde a 100% delas,

eis que ao tomar posse a área não possuía benfeitorias de qualquer espécie.

Além disso, tornou-se a inteiramente produtiva, e paga todos os impostos há mais de 15 anos, direcionando-a ao cumprimento de suas finalidades sociais.

REGISTRO GERAL

Matrícula n° 5.697

DATA: 15 de dezembro de 1.981.

IMÓVEL: Chácara n° 16 do BAIRRO DE CHÁCARAS, Gleba Rio Verde-2, situada neste município e comarca, com área de 7,80 hectares, sem benfeitorias e com as seguintes confrontações: ao NORTE, por linha seca, com azimuth 274°10'09" medindo 1172,48m lineares, confrontando com o lote n° 146; ao LESTE, pela estrada PARANÁ, com azimuth 04°41'11", medindo 23,99m lineares e azimuth 94°51'01", medindo 1173,59m lineares, confrontando com a chácara n° 17; ao OESTE, pelo córrego DIAMANTE, com azimuth 171°11'06", medindo 60,10m lineares, confrontando com as chácaras n°s 38, 38-A e parte da 39. IBRA - sob n° 52 00 062 02288 área total 7,2 ha; módulo 24 ha; n° de módulos 0,30 e fração mínima de parcelamento 7,2 ha; Registro anterior n° 4.108 do livro 3-B do CRI de Cascavel, e averbações n°s 3.752 e 3.755 ambas inscritas sob 8 do livro n° 8 de Registro de Loteamentos de Cascavel.

PROPRIETÁRIA - SINOP TERRAS LTDA, com sede à Avenida Getúlio Vargas n° 55, na cidade de Maringá - Pr, CGC n° 79.117.040/0001-78.

R-1/5.697 - Protocolo n° 25.852 em 15 de dezembro de 1.981.

ADJUDICADO: Espolio de JOÃO TEODORO BATISTA. ADJUDICATARIO: ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado pela Procuradoria Geral do Estado, através de seus procuradores: FRANCISCO ACCIOLY TEIXEIRA PINTO e ROMEU VIOLANI CARNEIRO, por Carta de ADJUDICAÇÃO, extraída dos Autos de Arrolamento de bens sob n° 228/71 e homologada pelo MM. Juiz de Direito desta Comarca Dr. SIDNEY FRANCISCO MARTINS, em 23.10.81. VALOR: C\$ 322.300,00. CONDIÇÕES: as da Carta de Adjudicação. Custas: C\$ 8.000,00 = 1,600 VRC. CPC C\$ 400,00. DOU FÉ.

(a) Ilegível
(Oficial).

"CERTIDÃO"

5.697

COMO

CERTIDÃO DE ÔNUS REAIS, 1.123/86

17 de junho de 86

PROJETO DE LEI N° 411/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade

pública a ASSOCIAÇÃO LAR DA CRIANÇA DE PLANALTO, com sede no município de Planalto e fórum na comarca de Capanema.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.08.90.

(a) JOSÉ FELINTO

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO LAR DA CRIANÇA DE PLANALTO, fundada em 14 de setembro de 1987, no município de Planalto, abriga crianças desamparadas de zero a seis anos, com obrigação de atendimento até aos 18 anos, ministrando-lhes assistência material e espiritual; não tem fins lucrativos; objetiva servir, cumprir a obrigatoriedade escolar, atribuindo-lhes encargos compatíveis com a idade, condições físicas e mentais e dar formação profissional.

Segundo os princípios cristãos, a Associação provê a instrução das crianças capacitando-as a viver, tarefa esta que solicita dos seus associados um máximo de abnegação, cujo resultado é o ingresso na comunidade de cidadãos conscientes de seus direitos e obrigações.

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente não há oradores inscritos. No Grande Expediente não há oradores inscritos.

Horário das Lideranças:

PDS com a palavra.

(DECLINA).

PDC com a palavra.

(DECLINA).

PTB com a palavra.

(DECLINA).

PFL com a palavra.

(DECLINA).

PDT com a palavra.

(DECLINA).

PRN com a palavra.

(DECLINA).

PT com a palavra.

(DECLINA).

PL com a palavra.

(DECLINA).

PSDB com a palavra.

(DECLINA).

PMDB com a palavra.

No Horário das Lideranças concedo a palavra ao Deputado José Felinto, que tinha requerido a inscrição.

Com a palavra o Deputado José Felinto.

O SR. JOSÉ FELINTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê):

"Na vida do homem público, mais importante que a popularidade deve ser a credibilidade.

Hoje, quando tantos homens públicos correm atrás da popularidade, passando por cima de todos os valores e de todos os princípios éticos; quando tantos homens públicos imaginam que o aplauso fácil deva ser conseguido, custe o que custar; hoje, repito, se torna urgente que a vida pública se reencontre com os seus fundamentos éticos e morais.

Costuma-se afirmar que a classe política está desgastada junto à opinião pública. E é verdade. Desgastamo-nos exatamente porque, infelizmente, existem homens públicos que transformam o exercício do munus político num balcão de negócios ou num trampolim para a satisfação de interesses restritos. Desgastamo-nos junto à opinião pública porque existem políticos que fazem dos seus interesses à sua ideologia e transformam a traição aos seus ideais num gesto banal e repetido.

Por outro lado, felizmente o Paraná possui políticos de qualidade, comprometidos com o interesse geral e dispostos a lutar contra a corrupção, a desonestidade, a incompetência e a falta de decência.

Políticos como muitos Parlamentares desta Assembléia Legislativa, do Parlamento Nacional e das centenas de Câmaras de Vereadores que, no exercício de seu mandato, dignificam o voto popular e fortificam a democracia, por sua postura coerente com os princípios que defendem, por sua lealdade tenaz às posições pelas quais foram eleitos, pela sua defesa do bem-comum contra as investidas dos poderosos e dos prepotentes.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É exatamente por acreditar que os políticos devem ter sua credibilidade resgatada perante a opinião pública, não através de campanhas, mas pela ação enérgica de cada um de nós, homens públicos, que venho a esta tribuna denunciar um fato que ensombrece a dignidade desta Casa.

Há um de nossos Pares que deve explicações, não a mim nem apenas a esta Casa, mas a todo o povo do Paraná.

Documentos que me foram trazidos às mãos demonstram que esse colega Parlamentar, ao mesmo tempo em que trabalhava no Congresso Nacional, lá assinava o ponto e recebia seu salário integralmente, porque assíduo ao expediente diário, freqüentava as aulas do colégio Rui Barbosa, nesta Capital, onde concluía seu curso de segundo grau.

Senhores Deputados:

Ou esse Parlamentar estava ausente da Capital federal e seu ponto foi fraudado diariamente para que recebesse salário sem

trabalhar... ou estava ausente de Curitiba e sua freqüência escolar foi diariamente fraudada para que pudesse obter seu diploma escolar... ou, terceira hipótese possível, esse nosso colega parlamentar, por um fenômeno paranormal, possui o dom da ubiquidade, podendo estar presente ao mesmo tempo em dois lugares distantes milhares de quilômetros entre si!

Como explica ao Paraná o fato de haver concluído o segundo grau supletivo do Colégio Rui Barbosa nos mesmos períodos em que trabalhava como assessor parlamentar no Congresso Nacional?

Senhor Presidente, Senhores Deputados, constrangido trago a esta Casa esta denúncia porque não posso acreditar que alguém que diga que traz do berço a moral, os bons princípios, ofendendo a outros Parlamentares por não estarem presentes a uma sessão como essa, não posso deixar de trazer a público o seu princípio moral. (continua lendo):

Preocupa-nos que, do mesmo modo como o eminente Deputado, muitos outros tenham adquirido seus diplomas da mesma maneira, se não fraudulenta (o que não podemos todavia afirmar), ao menos de maneira que podemos rotular de bizarra...

E o Deputado Rubens Bueno se diz um Parlamentar preocupado com a educação do Paraná. Por isto estamos encaminhando os documentos ao Conselho Estadual da Educação, à Secretaria de Estado da Educação e à Secretaria de Segurança Pública, para que se procedam às investigações e seja montado inquérito a fim de que o caso seja devidamente esclarecido. Não posso crer que o Deputado Rubens Bueno tenha sido capaz de recorrer à falsificação de documentos para obter seu certificado de conclusão de segundo grau.

Não se diga que esta denúncia tem caráter pessoal.

Tenho em alta conta a inteligência e a cultura do nobre Parlamentar. Estou ciente de que não são os diplomas que conferem saber, mas o estudo e a experiência. No entanto, estou também ciente de que o saber e a cultura nada valem se não vierem acompanhados da firmeza de caráter, da honestidade e da lealdade. A ausência destas virtudes pode transformar o homem culto e inteligente num ser vazio que, para dar vazão às suas ambições pessoais ou ao seu desejo de sucesso, esmague a seus pés quaisquer valores e imole a ética no altar do próprio egoísmo.

Gostaria, Senhores Deputados, que principalmente o Conselho Estadual de Educação e a Secretaria de Educação tomassem as medidas mais enérgicas para averiguar todas as fraudes que vêm sendo cometidas com referência à documentação escolar, punindo com a máxima severidade escolas ou

indivíduos que exercem a nefanda atividade de falsificar tais documentos.

Estou certo de que, na esteira dos caminhos de defesa da moralidade pública e da ética implantados neste Paraná que foi quase delapidado pela sonolência, pela complacência e pela convivência de governos anteriores, o Conselho Estadual e a Secretaria de Educação saberão tomar medidas para sanar esse câncer que ataca toda a sociedade, que é a corrupção, a venalidade, o estelionato, não apenas material, mas também moral.

Sei, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que esta denúncia é grave. Mas, a ela não poderia me furtar, primeiro atendendo aos reclamos da minha consciência de cidadão brasileiro e de homem público paranaense, e em seguida devido ao meu compromisso com o resgate da credibilidade da classe política junto à opinião da população.

Espero que esta Casa, no resguardo de sua dignidade e do seu decoro, adote as providências cabíveis para a apuração dos fatos e a eventual punição dos infratores.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o Horário das Lideranças, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução n° 81/90.- Aprovado.

De conformidade com o requerimento de

preferência de votação de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, acima aprovado:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 81/90, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre a composição da Comissão Permanente de Fiscalização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 81/90

PARECER:

O presente Projeto de Resolução, de autoria da Comissão Executiva, tem por finalidade dispor sobre a composição da Comissão Permanente de Fiscalização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Em análise da referida Proposição por esta Comissão, nada encontra a mesma que possa obstar o normal trâmite do presente Projeto de Resolução pelos órgãos competentes deste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

LUCIANO PIZZATTO

Relator

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 118/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito o município de Coronel Domingos Soares, com território desmembrado de Palmas e divisas dos Distritos de Cel. Domingos Soares e Ubaldino Taques. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 118/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade criar "ad referendum" de plebiscito, o município de Coronel Domingos Soares, com território desmembrado do município de Palmas.

Em análise da referida proposição, vê-se claramente tratar-se de justa medida consubstanciada na vontade da comunidade interessada. Além do que, a matéria encontra-se em conformidade com os dispositivos legais vigentes.

Isto posto, opinamos favoravelmente

pela APROVAÇÃO do referido projeto de lei.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

HERMAS BRANDAO

Relator

Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 69/89, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito objetivando a transferência de área territorial do município de Imbituva para o município de Irati, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado artigo por artigo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 69/89

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito objetivando a transferência de área territorial do Município de Imbituva para o município de Irati, com as divisas a seguir especificadas:

"Tendo como ponto de partida um marco cravado entre as margens do Rio Caratua e a linha de limite territorial do município de Irati, segue confrontando com esta pelo rumo 85°00' NW, com a distância de 7.950 m. Deste ponto deflexiona-se à direita, à esquerda e à direita novamente, confrontando com a linha de limite territorial com terras do município de Prudentópolis, respectivamente nos seguintes rumos e distâncias: 20°00' NE em 1.157 m.; 26°00' NW em 1.134 m. e 05°00' NW em 538 m, chegando às margens do Arroio Junqueira. Deste ponto segue Arroio abaixo com distância de 3.218 m., confrontando pela nova linha territorial de limite com terras do município de Imbituva no rumo 74°00' NE com a distância de 4.210 m., chegando às margens do Arroio do Ansolim. Deste ponto segue Arroio abaixo confrontando com terras do município de Imbituva, com a distância de 6.940 m., chegando na confluência do referido Arroio com os Rios Perdido e Caratua. Deste segue em direção ascendente pelo Rio Caratua confrontando com a antiga linha de limite territorial com terras do município de Irati, com a distância de 9.632 m., chegando-se ao ponto onde se fez princípio e onde se encerra a presente descrição, com área de 55.697,674 m² (cinquenta e cinco mil seiscentos e noventa e sete metros quadrados e seiscentos e setenta e quatro milímetros)".

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21.11.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

(a) SABINO CAMPOS

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 122/90, de autoria da Deputada ARIALBA FREIRE, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor ANTÔNIO BORDIN. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 14 de 14.03.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 154/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que concede o Título de Cidadão Honorário ao Senhor EDSON D'ÁVILA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 26 de 26.03.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 155/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que concede o Título de Cidadã Honorária do Paraná à Senhora DELCY FRANCO D'ÁVILA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 26 de 26.03.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 157/90, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de SÃO MANOEL, desmembrado do município de Indaiatuba, com as divisas e confrontações que especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 26 de 26.03.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 307/90, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de GUAMIRANGA, desmembrado do município de Imbituva. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 54 de 16.05.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 309/90, de autoria do Deputado HAROLDO FERREIRA, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor OLÍVIO ZANELLA. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 54 de 16.05.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 318/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor FRANCESCO SERALE. (Publ. no D.A. n° 61 de 28.05.90).

Sob o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 318/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, tem por finalidade conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor FRANCESCO SERALE.

Este plano de lei está devidamente justificado, conforme preceitua o Regimento Interno, e sua legalidade está embasada na Lei n° 5.638 de 13/09/67, que regula-menta as condições para a concessão de Tí- tulo de Cidadania Paranaense.

Constitucionalmente, não existe qual- quer óbice que possa impedir sua normal tramitação por este Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FA- VORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 07.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Relator

Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 379/90, de autoria do Deputado FERRARI JÚ- NIOR, que declara de utilidade pública a "CRECHE JESUS CRIANÇA" com sede e foro no município de Campina da Lagoa. Aprovado (Publ. no D.A. n° 80 de 28.06.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 013/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a realização do ple- biscito na área que especifica, no municí- pio de Paranaguá, para que a respectiva população decida sobre a criação do muni- cípio de Pontal do Paraná. (Publ. no D.A. n° 28 de 27.03.90).

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 13/90

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por finalidade autorizar a realização de ple- biscito, na área que especifica, no muni- cípio de Paranaguá, para que a respectiva população decida sobre a criação do muni- cípio de Pontal do Paraná.

O projeto em tela atende ao disposto do Art. 19, § 1°, II, da Constituição Es- tadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Po- der.

Nestas condições nosso Parecer é FAVO- RÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 07.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ALGACI TÚLIO

Relator

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 1892, de au- toria do Senhor Deputado José Rogério Car- valho, constante do expediente.- Encami- nhe-se à Presidência da CPI, em tela.

Requerimento de n° 1897, de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente.- Aprovado. À Di- retoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1894 e 1893, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constantes do expediente.- Apro- vados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1901, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- Aprovado. À Di- retoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1888, 1889, 1890 e 1900, de autoria do Senhor Deputado Al- gaci Túlio, constantes do expediente. Apro- vados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1899, de autoria dos Senhores Deputados Luiz Antonio Setti, Luiz Alberto Oliveira e Eduardo Baggio, na qualidade de Líderes do PTB, PDS e PDC, respectivamente, constante do expediente.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando ou- tra para quarta-feira, dia 08, à hora re- gimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 118/90 e dos Projetos de Resolução n°s 69 e 81/90.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 122, 154, 155, 157, 307, 309 e 379/90. e do Projeto de Resolução n° 13/90.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 278/89 e 393/90.

Levanta-se a sessão.